

## **A FORMAÇÃO DA CRIANÇA OPERÁRIA NO SÉCULO XIX**

Profª Dr.ª Maria Isabel Moura Nascimento  
Profª Dr.ª Maria José Subitil  
Maria Aparecida Honorato  
Solange Aparecida de Oliveira Collares

### **INTRODUÇÃO**

A escola inculca nas crianças preconceitos, sendo as suas 'verdades' falsas para os pais operários, porque lhes ensinam os pensamentos da classe dominante. escola representa portanto, sob o capitalismo, uma arma poderosa de mistificação e de conservação entre as mãos da classe capitalista. Tem tendência para dar aos jovens uma educação que os torna leais e resignados ao sistema actual e os impede de descobrir as suas contradições internas.

(Marx e Engels, 1978, p.36, 37)

No presente artigo, buscamos analisar em que condições sociais ocorreu a formação da criança operária no século XIX, de acordo com a colocação das idéias de Marx e Engels.

Procuramos compreender como Marx e Engels percebiam a questão educacional na referida época, numa sociedade que apresentava inúmeras desigualdades decorrentes do sistema econômico vigente.

Com a Revolução industrial e o surgimento da indústria moderna, as condições de trabalho existentes e a vida de todas as pessoas que precisavam trabalhar para sobreviver foram amplamente modificadas. A criança operária se viu obrigada a enfrentar as extensas jornadas com um ritmo de trabalho extremamente desumano. Neste cenário surgem as escolas.

Nosso objetivo é tentar entender as condições reais das escolas, do ensino ofertado, da qualificação dos professores que trabalhavam com a criança operária nesta época histórica, e o interesse real da classe dominante na justa distribuição do saber, visando o desenvolvimento intelectual da criança trabalhador no sistema capitalista.

### **AS CONTRADIÇÕES DA SOCIEDADE CAPITALISTA**

Na sociedade capitalista, o pólo dominante dispõe da riqueza, do poder e do tempo livre, utilizando-o a seu favor, manipulando e monopolizando as idéias, é comum a atribuição de culpa da miséria, da pobreza e do desemprego existente à falta de educação das massas, fazendo crer que a solução estaria na educação, encobrendo dessa forma a verdadeira razão das diferenças entre o pólo que domina e pólo dominado.

## **A FORMAÇÃO DA CRIANÇA OPERÁRIA NO SÉCULO XIX**

O primeiro constituído pela classe burguesa, indivíduos privilegiados, o grupo dito civilizado que vive às custas da exploração do segundo pólo, as massas proletárias, que precisam trabalhar além do necessário para sobreviver precariamente, enfrentando diariamente a sobrecarga de trabalho, sem poder usufruir dos frutos do mesmo.

Com o emprego em grande escala, ocorreram profundas modificações nas relações entre os membros da família e na estrutura desta instituição, reduzindo, muitas vezes, esses vínculos a relações meramente comerciais:

se a família da sociedade atual se desagrega, esta desagregação mostra precisamente que no fundo não é o amor familiar o elo da família, mas sim o interesse privado conservado necessariamente nesta falsa comunidade de bens.(ENGELS, 1986, p.169).

De outro modo, Marx e Engels (1999, p.13) afirmam: “A burguesia arrancou da família o seu véu sentimental e reduziu a relação familiar a uma mera relação de dinheiro”.

A instituição familiar modificou-se internamente com a transição do modo de produção feudal para o capitalista. A família aristocrática foi totalmente modificada pela nova concepção de propriedade que impôs a divisão de bens entre todos os seus membros, bem como também outras famílias de menores posses, pela expropriação de seus bens e incorporação de seus membros como trabalhadores livres nas indústrias.

Com a inserção das mulheres no processo produtivo industrial, a família novamente foi modificada e, conseqüentemente, outras instituições como o casamento.

Interessa ao sistema capitalista que o saber seja apenas reproduzido de geração a geração, impedindo o desenvolvimento crítico das grandes massas, lançadas brutalmente no mercado de trabalho. As condições de trabalho no interior da fábrica embruteciam ainda o corpo e o espírito dos proletários e a falta de oportunidades para o desenvolvimento intelectual, colaborava para que os proletários se tornassem dóceis cordeiros na mão do capital.

O capital opera uma dupla frustração das massas. Em primeiro lugar, o corpo especializado de pensadores, de artistas e de professores que transmitem o saber de geração em geração, para o “reproduzir”, conservando-o e perpetuando-o tira o que há de melhor no saber e na sensibilidade que emana do trabalho das massas, enquanto, elas próprias permanecem incultas. (Marx e Engels, 1978, p.15)

Pensadores, artistas, professores, nem sempre possuem a sensibilidade e o discernimento para entender o real interesse da classe trabalhadora. No sistema capitalista este grupo está a serviço da classe burguesa, representando oficialmente a cultura desta classe, que não possui significado para o trabalhador. Sendo assim, o ensino que se transmite à massa proletária, reproduz o pensamento dominante, auxiliando o capital na exploração das mesmas, impedindo-as de enxergar a realidade para compreender que a pobreza, o desemprego e a miséria a que estão submetidas são conseqüência

de um sistema econômico perverso, que determina as condições materiais existentes, tirando das massas, toda e qualquer oportunidade de desenvolvimento.

As massas são espoliadas de todas as formas, sendo obrigadas a viver com um salário irrisório, que sequer é suficiente para manter uma vida com o mínimo de dignidade. Esta massa passa a vida trabalhando, porém não conseguem ter alimentação adequada, moradia, acesso a educação de qualidade, a saúde e ao tempo livre, necessário para o desenvolvimento intelectual e lazer. Estas coisas são privilégio de quem possui dinheiro, que infelizmente está concentrado nas mãos da classe que não produz. O capital,

por intermédio do mercado (...), mas troca com lucro, roubo, pilhagem e espoliação-, as massas ficam desprovidas de seus esforços. O processo é fácil, dado que nos nossos dias, tudo se transforma neste dinheiro- força social concentrada, universalmente reconhecida e dominante apropriar-se e representar também as superestruturas intelectuais, artísticas e filosóficas de toda a sociedade, monopolizando a cultura do passado, do presente e mesmo, se os não impedissem, do futuro, e mostrando-se civilizados, sacrossantos, justificados, até mesmo indispensáveis- hoje como ontem.” ( Marx e Engels, 1978, p.15)

A Classe materialmente privilegiada, em cada época histórica determinada, usufrui dos recursos materiais e intelectuais que possui, adquiridos e acumulados com a exploração das massas. A classe dominante monopoliza os meios de produção material e intelectual em benefício próprio.

Desse modo as idéias dominantes prevalecem sobre toda a sociedade, como se fossem únicas e verdadeiramente do interesse de todos- ideologia dominante. A expansão das idéias atinge tal proporção que as grandes massas, desprovidas das condições materiais e intelectuais, são subjugadas e acabam por acreditar que são menos talentosas, conformando-se na maioria das vezes com a miséria em que vivem, perpetuando a condição de inferioridade.

A classe dominante duplamente beneficiada tem em suas mãos os meios materiais e intelectuais da sociedade e mantém a divisão entre saber e trabalho.

A classe que nada faz dispõe de tempo livre suficiente para ter acesso ao conhecimento, com maiores oportunidades de desenvolvimento, conquistando com mais facilidade sua emancipação. Enquanto as massas trabalhadoras que não dispõe de tempo livre e oportunidades reais, se mantém na ignorância, sendo facilmente usadas e oprimidas pelo sistema.

Assim que a separação entre saber e trabalho é efectiva na sociedade, está lançada a base para um ascenso gigantesco das “ trocas” que assentam no mercantilismo. A “massa” pobre e ignorante, pode a partir de então ser enganada a cair além disso em fraudes preparadas pelos ricos que dispõem de todos os recursos materiais e intelectuais da sociedade, num mundo baseado precisamente na acumulação da riqueza à custa de outrem. ( Marx e Engels, 1978, p.11 e 12).

## A FORMAÇÃO DA CRIANÇA OPERÁRIA NO SÉCULO XIX

Numa sociedade mercantilizada, o saber é privilégio de um grupo restrito, que tem acesso ao conhecimento de nível elevado. O sistema não oportuniza a obtenção destes conhecimentos às grandes massas, sobrando apenas a execução do trabalho de produção.

Os assuntos políticos, econômicos, científicos, ficam exclusivamente nas mãos da classe dominante, acentuando a divisão de classes e as desigualdades existentes.

Com o surgimento da Indústria Moderna, acentua-se a separação entre o saber e o fazer. O trabalho que a criança operária executava nas fábricas, nas longas jornadas, repetindo os mesmos movimentos, simplesmente reproduzia o modo de produção. Não se oferecia a criança, nenhuma oportunidade para o desenvolvimento intelectual, onde ela pudesse ter a chance de começar a entender os conhecimentos teóricos, dando-lhes significado na ligação com o trabalho prático. Essas inovações implicaram um processo novo de divisão do trabalho que dispensava a força física masculina e possibilitava o aumento de *mais valia* através do emprego de mulheres e crianças. Marx (1984, p. 23), em uma passagem ilustrativa da obra *O Capital*, descreve esse processo:

À medida que a maquinaria torna a força muscular dispensável, ela se torna o meio de utilizar trabalhadores sem força muscular ou com desenvolvimento corporal imaturo, mas com membros de maior flexibilidade. Por isso, o trabalho de mulheres e de crianças foi a primeira palavra-de-ordem da aplicação capitalista da maquinaria! Com isso, esse poderoso meio de substituir trabalho e trabalhadores transformou-se rapidamente num meio de aumentar o número de assalariados, colocando todos os membros da família dos trabalhadores, sem distinção de sexo nem idade, sob o comando imediato do capital. O trabalho forçado para o capitalista usurpou não apenas o lugar do folguedo infantil, mas também o trabalho livre no círculo doméstico, dentro de limites decentes, para a própria família.

O valor da força de trabalho era determinado pelo tempo de trabalho não só necessário para a manutenção do trabalhador individual adulto, mas para a manutenção da família do trabalhador. A maquinaria, ao lançar todos os membros da família do trabalhador no mercado de trabalho, reparte o valor da força de trabalho do homem por toda sua família

O emprego da mão-de-obra feminina e infantil na indústria, principalmente na Inglaterra do final de século XVIII, marcaria, assim, o aumento da taxa de mortalidade infantil, da desnutrição, do abandono. Esta seqüência nos mostra:

Nos primórdios da indústria, recorreu-se sobretudo às crianças atendidas pela assistência paroquial, chamadas de “aprendizes” (órfãos, abandonadas, indigentes, etc.). As paróquias, mediante acordos feitos com fabricantes, comprometiam-se a fornecer-lhes certo contingentes de crianças aptas ao trabalho; e isto em razão da dificuldade de se encontrar mão-de-obra infantil disponível na zona

## **A FORMAÇÃO DA CRIANÇA OPERÁRIA NO SÉCULO XIX**

rural onde se procurava instalar as manufaturas , à proximidade de quedas-d'água, uma vez que a força hidráulica era a energia mais utilizada nesse primeiro momento. (Nogueira,1993, p.34-35).

A situação da população era tão precária , que muitos pais , para evitarem que seus filhos fossem trabalhar nas indústrias , muitos preferiam , deixar seus filhos nos orfanatos porque lá as freiras iriam cuidar de seus filhos .

Como o número de crianças aumentava cada vez mais, a igreja não conseguia mais sustentar as crianças que chegavam, cada vez em números maiores. Propôs um acordo com os fabricantes.

Certas paróquias do centro do sul da Inglaterra, pouco dispostas a sustentar desempregados, propuseram-se a transferir para os distritos industriais do norte as crianças que elas tinham para alimentar. Bandos de crianças foram assim postas a serviço dos industriais do algodão do Lancashire, desde fins do século XVIII.(Nogueira, 1993, p. 71)

Essas crianças ficavam então nas indústrias trabalhando sobre péssimas condições, para manter o seu próprio sustento , trabalhavam em troca do pão e água. Como muitas famílias não voltavam mais a procura de seus rebentos. Muitos morriam devido ao trabalho forçado ou morriam de fome .

O ambiente no interior das fábricas muitas vezes era pouco iluminado, úmido e as crianças e mulheres tinham funções específicas, repetitivas, acompanhando o ritmo da máquina, sendo constantemente vigiadas por um supervisor que os ameaçava quando ocorria a menor falha.

Ariés ( 1978 ) sustenta que nas sociedades tradicionais;

[...] a duração da infância era reduzida a seu período mais frágil, enquanto o filhote do homem ainda não conseguia bastar-se : a criança, então, mal adquiria algum desembaraço físico, era logo misturada aos adultos, e partilhava de seus trabalhos e jogos. De criancinha pequena ela se transformava imediatamente em homem jovem, sem passar pela etapas da juventude....A transmissão de valores e dos conhecimentos e, de modo mais geral, a socialização da criança , não eram, portanto, nem asseguradas, nem controladas pela família.

No período do século XVIII , as crianças não tinham a conotação de ser humano em pleno desenvolvimento, que precisa de cuidados necessários , outra marca deste século é em relação à educação. Não havia na classe dominante uma preocupação real com a formação da criança operária.

## **O ENSINO ELEMENTAR COMO CONDIÇÃO OBRIGATÓRIA**

## A FORMAÇÃO DA CRIANÇA OPERÁRIA NO SÉCULO XIX

As crianças operárias eram utilizadas de forma desumana pelo sistema, consideradas como verdadeiras máquinas, sem nenhuma expectativa de presente e futuro. O tempo, a saúde, enfim a vida da criança era roubada pelo capital, interessado apenas na produção de mais valia.

A obliteração intelectual dos adolescentes, artificialmente produzida com a transformação deles em simples máquinas de fabricar mais valia, é bem diversa daquela ignorância natural em que o espírito embora sem cultura, não perde sua capacidade de desenvolvimento, sua fertilidade natural. Essa obliteração forçou finalmente o Parlamento inglês a fazer da instrução elementar condição compulsória para o emprego “produtivo” de menores de 14 anos em todas as indústrias sujeitas às leis fabris. O espírito da produção capitalista resplandecia vitorioso na redação confusa das chamadas cláusulas de educação das leis fabris, na falta de aparelhagem administrativa, que tornava freqüentemente ilusória a obrigatoriedade do ensino, na oposição dos próprios fabricantes contra essa obrigatoriedade e nas suas manhas e trapaças para se furtarem a ela. (Marx, 1996, p.456)

As diversas denúncias encontradas nos relatórios dos inspetores de fábrica sobre o trabalho desproporcional atribuídos as crianças no interior das indústrias mecanizadas, a compra da força de trabalho da criança pelo capitalista sem nenhuma restrição, forneceram ao Parlamento inglês, motivos para que o Estado fosse forçado a interferir no trabalho infantil nas fábricas.

Para Marx, a burguesia justificava a exploração do trabalho infantil, com as condições de miserabilidade dos operários, divulgando como ato de filantropia o emprego das crianças:

Claro, a burguesia declara:

Se nós não empregarmos as crianças nas usinas, elas ficarão entregues a condições de vida desfavoráveis ao seu próprio desenvolvimento”, o que aliás, de modo geral, é exato. Mas o que significa, no fundo, esse argumento, senão que a burguesia coloca primeiramente as crianças operárias em más condições em proveito próprio. Ela lança mão de um fato pelo qual ela é tão responsável quanto pelo sistema industrial; ela justifica o erro cometido hoje por aquele que ela cometeu no passado.(ENGELS *apud* NOGUEIRA, 1993, p.28).

Assim, são os filantropos da classe burguesa que desejam “... compensar injustiças sociais, para assegurar a continuidade da existência da sociedade burguesa” (MARX e ENGELS, 1999, p.54). Não é por coincidência que várias iniciativas de assistência às crianças de 0 a 6 anos partiram de filantropos, muitos deles proprietários de indústrias que empregavam um grande contingente de mulheres.

Portanto, é no terreno da produção capitalista, em que a lógica é a obtenção de lucros e a acumulação de capital, que essas questões ganham significado. O emprego da mão-de-obra feminina e infantil na indústria é, nesse sentido, o pano de fundo que nos permite relacionar o fenômeno da

## A FORMAÇÃO DA CRIANÇA OPERÁRIA NO SÉCULO XIX

industrialização, as condições precárias de vida das crianças da classe operária, a ausência permanente de seus pais e sua inserção precoce na fábrica ao surgimento das primeiras instituições de atendimento infantil.

A partir de então foi promulgada uma lei que tornou o ensino elementar a condição necessária para que as indústrias pudessem dar emprego ao menor de 14 anos.

Esta lei tinha como objetivo cuidar da formação elementar das crianças, porém era falha e ilusória, visto que estabelecia apenas que as crianças deveriam permanecer 3 horas por dia num recinto qualquer, chamado escola, onde o professor ou professora deveria fornecer ao patrão um certificado semanal.

De acordo com os relatórios da época, muitos destes certificados eram preenchidos apenas com uma cruz pelo mestre-escola que nem sempre sabia escrever. Esta situação foi denunciada pelos inspetores de fábrica, na época em que a lei fabril de 1844 estava sendo elaborada. A partir de 1844, ficou então acertado que: “O mestre-escola tinha de escrever, com seu próprio punho, o número do certificado escolar, subscrevendo-o com seu nome e sobrenome.” (Marx, 1996, p.457)

Os fabricantes tudo fizeram para burlar a lei fabril. Percebe-se pela leitura de alguns dos relatórios citados, que os locais onde funcionavam as pretensas escolas, quase sempre eram inapropriados, a competência do mestre-escola, não era requisito básico para que uma pessoa pudesse atuar como professor ou professora, sem contar ainda com o número excedente de alunos de faixas etárias diferentes num mesmo local. O inspetor de fábrica Sir John Kincaid em algumas de suas visitas às escolas da época, relata o seguinte:

A primeira escola que visitamos era mantida por uma senhora Ann Killin. Quando lhe pedi para soletrar o sobrenome, cometeu logo um erro começando-o com letra C, mas corrigindo-se imediatamente disse que seu sobrenome começava com K. Olhando suas assinaturas nos livros de certificados escolares, reparei que o escrevia de maneiras diferentes, não deixando sua letra nenhuma dúvida quanto à sua incapacidade para assinar... Numa segunda escola, a sala de aula tinha 15 pés de comprimento por 10 pés de largura e continha 75 crianças que grunhiam algo ininteligível... Existem escolas com professores competentes, mas seus esforços se perdem diante do perturbador amontoado de meninos de todas as idades a partir dos 3 anos.” (Marx, 1996, p.457)

Pelo teor de alguns trechos deste relatório, transcrito por Marx em *O Capital*, é possível perceber que a educação era tratada com total descaso.

Segundo Nogueira, a luta operária, pela existência imediata, pela regulamentação da jornada de trabalho, por melhores salários, a defesa do trabalho da mulher e da criança contrapunham-se à situação de espoliação a que era submetida pela classe capitalista. Desse movimento entre classes, pode-se compreender a intervenção do Estado, naquele momento, como mediador, no sentido de normalizar, criar instrumentos legais que estabelecessem os limites na relação entre as classes, como também definir

políticas sociais de forma a garantir melhorias nas condições de reprodução das classes. Neste processo, o Estado passa a definir também as políticas para o atendimento infantil.

A lei fabril que exigia que o menor de 14 anos, freqüentasse o ensino elementar como condição obrigatória, era falha, dando margem para o seu não cumprimento, reforçando a falta de interesse do sistema pela educação.

O Estado se isentou da tarefa de abrir escolas, como o observa Engels ao comentar, um pouco mais adiante, os resultados da lei 1833:

Com referência à obrigatoriedade escolar improvisada, pode-se dizer que ela permaneceu sem efeito, pois o governo não se preocupou, ao mesmo tempo, em abrir boas escolas. Os industriais empregavam operários aposentados, aos quais ensinavam as crianças duas horas por dia, satisfazendo assim a letra da lei; porém as crianças nada aprendem. (Nogueira, 1993, p.75)

Os fabricantes em cumprimento da lei nada mais fizeram se não improvisar o ensino.

## **AS PRIMEIRAS ESCOLAS DE ENSINO DENTRO DO SISTEMA FABRIL**

[...] um pequeno número de crianças freqüenta a igreja e a escola, e os mestres queixam-se de sua sonolência e hebetude, apesar de demonstrarem desejo de se instruir.[...] Como as crianças são enviadas, desde muito novas, para o trabalho, sua formação intelectual é totalmente negligenciada. Não podem freqüentar a escolas abertas durante a semana; as escolas noturnas e de domingos são ilusórias e os professores não têm competência alguma.(ENGELS, 1978,p.303-308)

As primeiras instruções eram ensinadas por:

[...] mestres e operários aposentados ou pessoas inválidas para o trabalho que se tornam professores para ganharem a vida – não possuem, na sua grande maioria nem os conhecimentos mais rudimentares; são desprovidos dessa formação moral tão necessária ao mestre, e não existe qualquer controle público sobre esses cursos. (Nogueira, 1993, p.71)

O descaso era tanto em relação ao ensino, que não era preciso ter uma formação para lecionar. Tendo em vista que a maioria das escolas funcionava no interior das fábricas. Sem qualquer condição para que ocorresse o aprendizado. O ensino era proposto na folga da hora do almoço ou nas “escolas de Domingo”, uma vez que as crianças trabalhavam a semana toda. As “escolas de Domingo” da Igreja Anglicana, não ensinavam a ler e a escrever, porque de acordo com a própria seita, esta prática era profana no dia do “Senhor”.

## **A FORMAÇÃO DA CRIANÇA OPERÁRIA NO SÉCULO XIX**

Marx e Engels relatam a precária situação no que diz respeito a instrução da criança operária da sua época- metade do século XIX- época que antecedeu a instalação da escola primária pública, gratuita e obrigatória em muitos países da Europa Ocidental.

As pesquisas realizadas neste período enfatizam que o ensino ofertado à criança proletária era de péssima qualidade, embora os donos das indústrias proclamassem que eram eles os responsáveis por ensinar o povo a ler, é possível comprovar através dos relatórios que este fato, não é uma verdade.

O relatório da Children's Employment Commission diz o seguinte:

Qualquer um que saiba o alfabeto, diz que sabe ler, e o industrial se satisfaz com essa informação ingênua. E, quando se pensa na complexidade da ortografia inglesa, que fez da leitura uma verdadeira arte que só pode ser praticada depois de um longo estudo, acha-se compreensível tal ignorância. Muitos poucos operários sabem escrever minimamente; e um bom número de pessoas cultas não chegam a escrever com uma ortografia correta. (Nogueira, 1993, p.92)

Muitas escolas desta época, foram instaladas em locais inapropriados, como por exemplo: salas de aulas funcionando numa caldeiraria, onde o professor era o próprio caldeireiro, e as crianças podiam contar com ele, apenas no espaço de tempo entre os carregamentos de carvão, que eram muitos, num ambiente enegrecido; livros e cadernos sujos de carvão.

Enquanto isso, as escolas mantidas pela igreja, tinha interesse apenas em manter a criança operária fiel a religião que pregavam, ou ainda tirando-as de outras seitas.

Na realidade, tanto nas escolas de fábrica, quanto nas escolas de igreja, o que acontecia era uma sub-escolarização. Engels indica duas razões determinantes para esse fato:

Do lado da oferta estaria a recusa em colocar recursos à disposição de um serviço de ensino ( falta de locais, de recursos humanos etc.) por parte de uma burguesia temerosa dos efeitos "perigosos" da formação dos trabalhadores, em particular a constituição/difusão de idéias "subversivas". E do lado da demanda, tratar-se ia da impossibilidade, por parte do usuário potencial, de aspirar a um tal benefício, após as longas e penosas jornadas de trabalho a que está submetido." ( Nogueira, 1993, p.73)

O interesse da burguesia, era não ofertar um ensino elementar de qualidade para a criança operária, porque temia os efeitos da formação intelectual das massas, visto que a partir da aquisição de conhecimentos, os operários teriam mais condições para formar idéias a respeito das contradições existentes na sociedade capitalista, com possibilidade de enxergar com mais clareza a exploração a que estavam submetidos.

Como classe dominante a burguesia tinha plena consciência da necessidade de um trabalhador dócil, obediente ao sistema, que não tivesse formação intelectual. A burguesia temia o surgimento de idéias subversivas em meio a

classe operária, porque isso poderia levar a um enfrentamento de classes, com prejuízos inerentes para o sistema capitalista.

Sendo assim o sistema capitalista ao absorver a mão de obra infantil no século XIX, colocou inúmeros obstáculos para a formação da criança operária, pois esta trabalhava o ano todo na indústria e sofria um desgaste físico e mental muito grande, que as impedia de freqüentar a escola. Muitas escolas construídas nesta época permaneceram vazias e a obrigatoriedade escolar continuou sem efeito.

Em seguida a lei de 1841, algumas escolas de fábrica surgiram na França. Em relação a estas escolas, J. Sandrin relata o seguinte:

que a assiduidade a essas escolas era muito pequena por diversas razões, mas ele salienta o cansaço das crianças, que as impedia freqüentemente de assistir às aulas e as vicissitudes da própria produção- por exemplo nos momentos de grandes encomendas de mercadorias, as aulas ficavam suspensas. Além disso, ele assinala- como outro fator responsável pelo baixo rendimento dessas escolas- a exigüidade do tempo dedicado à instrução: uma hora por dia, em geral ao meio-dia (donde a denominação; na França, de *écoles du midi*) para aproveitar a pausa para o almoço. (Nogueira, 1993, p.76)

Muitos fatores contribuíram para que a criança operária não pudesse ter ao seu alcance a oferta de um ensino melhor: a incompatibilidade de funcionamento da escola e o horário de trabalho da mesma nas fábricas; a oferta de um ensino com horário restrito, com tempo insuficiente para que ocorresse a aprendizagem, sem contar ainda com a falta de qualificação das pessoas, contratadas pelos industriais para atuar como professores; qualquer amador exercia a função de professor. As escolas noturnas e as escolas de domingo também não eram eficazes, principalmente, porque a criança após as longas jornadas de trabalho, não tinha nenhuma condição de ter proveito nas precárias aulas ofertadas.

Os obstáculos para a aquisição de uma aprendizagem satisfatória eram muitos, levando Marx a analisar a situação da época e a propor um ensino diferenciado que tinha como objetivo unir a instrução com o trabalho material. Segundo Marx e Engels:

A luta pelo saber relativo à atividade produtiva representa uma dimensão importante da luta de classes porque atinge em cheio a questão do poder do interior da fábrica. Ora, são os conhecimentos técnicos necessários à compreensão do processo de produção no seu todo que permitirão aos trabalhadores controlar esse processo- controle do qual foram historicamente expropriados. O que significa que o controle do saber dentro da fábrica constitui o ponto nevrálgico do controle do processo de trabalho pelos trabalhadores." ( Nogueira, 1993, p.91)

Para Marx, a separação entre o fazer e o saber favorecia o sistema capitalista a explorar cada vez mais o trabalhador, visto que ele fazia, ou seja repetia as operações necessárias para que as máquinas pudessem funcionar

adequadamente, mas não tinha acesso ao saber. O trabalhador não era detentor do conhecimento técnico - científico em relação à produção dos bens materiais. Para Marx a educação seria uma arma importante, pois a partir do momento que o trabalhador pudesse ter acesso ao saber, através da aquisição dos conhecimentos científicos e técnicos, ele, teria as condições necessárias para controlar o processo de produção.

Sendo assim, Marx defendia a tese da união do ensino – trabalho, onde:

as potencialidades oferecidas pela combinação dos estudos teóricos (concernido principalmente à tecnologia de produção) com a prática do trabalho na fábrica. Tal combinação constitui, a seu ver, um instrumento poderoso para começar a solapar a divisão do trabalho que leva à superespecialização, posto que ela forneceria aos trabalhadores os meios de compreender o trabalho que executavam...

...É nesse sentido que Marx encoraja a Associação Internacional dos Trabalhadores (AIT) a incluir em sua plataforma a palavra de ordem por uma formação politécnica para os trabalhadores. (Nogueira, 1993, p.141,142)

Marx e Engels defendiam o ensino público gratuito, visto que o ensino privado era visto por eles como um “empreendimento classista.” A sugestão de ambos para a referida época, era a criação de uma escola, onde o aluno pudesse ter acesso ao ensino geral e aos conhecimentos técnicos – científicos, ou seja um estudo sobre os “procedimentos de produção, desmistificando a separação entre o fazer e o saber.

A educação politécnica tal como foi concebida pelos fundadores do marxismo- seria o meio de romper com os efeitos nefastos da divisão capitalista do trabalho (notadamente a especialização), permitindo o desenvolvimento das capacidades teóricas e práticas demandadas pelo trabalho e, ensejando, assim, o desenvolvimento das diversas faculdades do trabalhador. (Nogueira, 1993, p. 177)

Em sua defesa pelo ensino público às expensas do Estado, Marx, faz algumas restrições. O Estado deve sim fornecer as condições materiais, enfim todos os recursos necessários para o bom funcionamento das escolas, porém o Estado não deve ser o responsável pelo controle da educação ofertada ao povo. Os próprios trabalhadores devem definir as: “diretrizes do programa de instrução que lhes convém, que disponham dos meios para fazer com que o Estado as aceite e, por fim, que estejam em condições de exercer um controle sobre o serviço público de ensino”. (Nogueira, 1993, p.196)

O Estado capitalista, faz valer o interesse da classe que domina economicamente, sendo assim ele não é o representante da massa proletária, portanto caba a esta massa preparar-se para reivindicar e fazer valer os seus direitos, exigindo que o Estado oferte aos seus filhos um ensino público gratuito que satisfaça os seus anseios. Os proletários devem definir e fiscalizar os critérios para que ele possa acontecer.

Ainda, no século XIX, Marx e Engels uniram-se as forças progressistas e:

condenaram com veemência o caráter confessional do ensino existente à época, denunciando no clericalismo um perigo ideológico e um obstáculo a marcha da sociedade ao fim da exploração. Tanto mais que eles atribuíam à religião um importante papel de encobrimento da realidade, contribuindo para ocultar aos indivíduos a natureza real das relações sociais que as dominam. (Nogueira, 1993, p. 201)

Marx e Engels consideravam assunto prioritário o desvencilhamento da escola pública do domínio religioso, porque a classe dominante utiliza o conteúdo religioso como instrumento de dominação, fazendo com que suas idéias sejam aceitas por toda a sociedade sem os questionamentos necessários a respeito dos benefícios ou malefícios das mesmas e quase sempre conseguem com essa dominação impedir as massas de enxergar a realidade.

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

O tema da educação e do ensino está presente na obra de Marx e Engels, embora ele não seja um tema central, é possível compreender a preocupação dos autores com a formação da criança operária no século XIX, em plena era da industrialização, onde a mão de obra infantil era amplamente requisitada pelos industriais.

É notável, a falta de interesse do Estado, bem como da classe burguesa, na oferta de um ensino de qualidade para os filhos dos trabalhadores. O descaso em relação a formação da criança operária evidencia-se, desde os locais destinados para as pretensas escolas, devido a inapropriação dos mesmos, bem como a não exigência da qualificação das pessoas que exerciam o papel de professor ou professora, além do número exagerado de crianças de idades variadas colocadas muitas vezes num espaço irrisório.

Quando a escola era freqüentada, o espaço de tempo que a criança permanecia na mesma era insuficiente para que pudesse ocorrer uma aprendizagem eficaz, sendo assim a obrigatoriedade do ensino elementar não foi suficiente para a melhoria da educação.

Neste contexto, Marx e Engels exerceram um papel importante junto aos trabalhadores, porque é a partir da análise da mão de obra infantil pela sociedade capitalista, que os dois autores lançam suas idéias pedagógicas e traçam o perfil da educação politécnica, conclamando o trabalhador para não confiar plenamente no Estado no que diz respeito as diretrizes e controle da educação pública gratuita, visto que na sociedade capitalista predomina o interesse da classe economicamente mais forte. A idéia de Marx, era que os trabalhadores pudessem adquirir os conhecimentos técnico-científicos necessários para dominar os meios de produção.

## **BIBLIOGRAFIA**

MARX K. *O capital: crítica da economia política: livro I.* Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1996.

MARX K.; ENGELS, F. *Crítica da educação e do ensino.* São Paulo: Moraes, 1978

NOGUEIRA, M. A. *Educação, Saber, Produção em Marx e Engels.* São Paulo: Cortez, 1993.

ROMERO, D. *Marx e a técnica: um estudo dos manuscritos de 1861-1863.* São Paulo: Expressão Popular, 2005.